LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Toda terça

Desde a última terça-feira, foi estabelecida agenda entre o chefe do Executivo com os vereadores de Jundiaí: toda semana, no dia da sessão, a parte da manhã será destinada a conversas entre Luiz Fernando Machado (PSDB) e os legisladores. Segundo fontes, os encontros aproximam os lados e antecipam respostas de demandas da comunidade.

Allah-la ô 1

Ainda não está definido o expediente para a semana do Carnaval na Câmara de Jundiaí. O funcionalismo público encerra o atendimento na sexta-feira, dia 24, e só retorna após o meio-dia do dia 1º de março. Como a terça-feira, dia 28, pleno Carnaval, os vereadores ainda não definiram se a quarta sessão do ano será realizada no dia 2, quinta, ou se passará para a terça-feira, dia 7. A discussão acontece nos bastidores.

Allah-la ô 2

A definição do calendário poderá ter interferência da necessidade de votação da Reforma Administrativa, que deve ser protocolada na Câmara entre hoje e amanhã, para ser lida na próxima sessão. A intenção do presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), é de não realizar sessão extraordinária para a votação, que demandará alteração na Lei Orgânica. Esta, exige votação em dois turnos.

Repasse

O prefeito de Itupeva, Marcão Marchi (PSD), recebeu os dirigentes da Apae de Itupeva no início do ano. Na reunião, Marcão prometeu ajudar a instituição, que passa por problemas financeiros. Ontem, o prefeito autorizou o repasse de verbas que servirão para o pagamento dos funcionários da entidade. "Eu não posso deixar de ajudar essa instituição que tanto faz por Itupeva", declarou o prefeito.

Brasília 1

O vereador Cristiano Lopes (PSD) esteve em Brasília ontem em audiência com o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab (PSD), para tratar do andamento do processo do Parque Tecnológico de Jundiaí – o Tecnovale. "Fui muito bem recebido pelo Ministro e pedimos para ele checar como está o andamento do processo e também um posicionamento da área técnica".

Brasília 2

Segundo Cristiano Lopes, o ministro já contatou a equipe para avaliar o tema. Kassab assumiu o Ministério após o envio do material feito pela prefeitura no ano passado. "Kassab afirmou que vai olhar com carinho o Parque Tecnológico, porque é uma obra que vai impactar positivamente não só Jundiaí, como também a região". O vereador ainda foi ao Ministério do Esporte para verificar o andamento do Centro de Excelência do Esporte em Jundiaí. "Em breve, teremos novidades."

➤ ROJÕES

A princípio, criada para proteger os animais, legislação feita em grupo focará também nos riscos à saúde

Vereadores se unem contra os fogos de estampido

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

O assunto que chegou a gerar desconforto no Legislativo de Jundiaí por ser tema de mais de um projeto de lei protocolado, agora une quatro vereadores com o mesmo objetivo. Faouaz Taha (PSDB), Rafael Antonucci (PSDB), Paulo Sérgio Martins (PPS) e Leandro Palmarini (PV) estão escrevendo um novo projeto de lei para ser apresentado na Câmara contra o uso de rojões e fogos de estampido. Além do apelo para a proteção dos animais, a legislação ampliará a abrangência levando em consideração os riscos à saúde da comunidade. O assunto será debatido em audiências públicas.

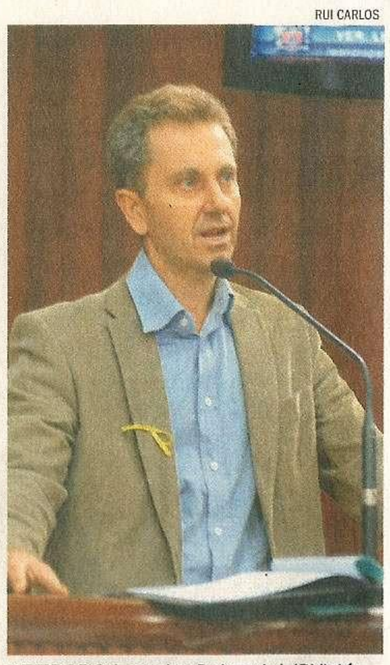
Taha, que já vinha acumulando material para a confecção de projeto sobre o tema, afirma que a união é favorável. "O vereador Leandro já tinha protocolado projeto semelhante anteriormente. Conversamos e chegamos à conclusão de que juntos seria melhor para fortalecer (o projeto)", ressalta.

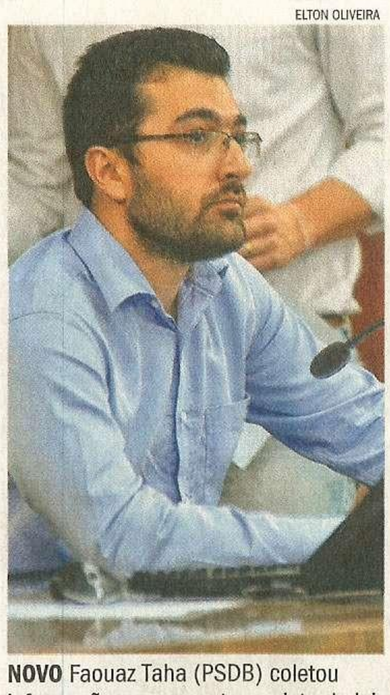
Paulo Sérgio Martins teve um projeto aprovado na Câmara sobre o mesmo assunto, que foi vetado no Executivo, na gestão anterior, de Pedro Bigardi (PSD). "O meu projeto proibia o uso e venda de fogos em Áreas de Proteção Permanente (APP) e Áreas de Preservação Ambiental (APA), que, em suma, seria na cidade inteira. Apesar de legal, foi vetado. A intenção agora é criar um projeto que também seja legal, sem vícios e que traga benefícios para a comunidade", explica. Martins ainda afirma que os comércios específicos poderão focar as vendas nos artigos com finalidade visual, podendo ser até mais em conta que os destinados aos 'estrondos'.

O projeto de lei de número 12.147, de Leandro Palmarini, foi retirado pelo autor para que o novo texto do grupo seja protocolado. "Esse novo será mais abrangente. A intenção é proibir o uso de qualquer tipo de fogos de artifício que tenha estampido. Mas a discussão será ampliada para a sociedade, com audiências públicas", conta, ainda sem definir as datas para os encontros sobre o tema.

O tucano Rafael Antonucci foi o único entre os quatro vereadores a ser procurado pelos comerciantes do setor para debater o assunto. "Os proprietários dos estabelecimentos me procuraram para apresentar suas defesas, afirmando que o barulho não é tão prejudicial assim aos animais, e, o uso, se feito conforme orientações do fabricante, não causa riscos. É um assunto delicado. Eles querem defender seu ramo. Mas em outras cidades já existe legislação semelhante. Os fogos visuais, por exemplo, não são proibidos", salienta.

"A iniciativa não é pioneira, mas mostra o consenso. É importante deixar as vaidades de lado para o bem coletivo da comunidade", comenta o presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB).

RUI CARLOS

RETIRADO Leandro Palmarini (PV) já tinha projeto protocolado sobre o tema

ELTON OLIVEIRA

NOVO Faouaz Taha (PSDB) coletou informações para montar projeto de lei

ELTON OLIVEIRA

VETADO Paulo Sérgio Martins (PPS) teve projeto semelhante cortado no Executivo

ELTON OLIVEIRA

COMERCIANTES Rafael Antonucci (PSDB) foi procurado por lojistas do setor

➤ COM PAUTAS POSITIVAS

Michel Temer tenta reverter desgaste de imagem

Com o desgaste de imagem causado pela nomeação de Moreira Franco, o presidente Michel Temer tem cumprido uma série de agendas positivas na tentativa de reverter a avaliação negativa no mercado financeiro e na opinião pública à concessão do foro privilegiado ao aliado citado na Operação Lava Jato.

Para um auxiliar presidencial, o governo federal deve reverter o clima de insatisfação com a decisão, evitando que ela reverbere em movimentos de rua e cause impacto no apoio da classe empresarial à administração peemedebista.

Os grupos MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem Pra Rua, dois dos principais organizadores das manifestações que pediram o impeachment de Dilma Rousseff, anunciaram a convocação de novas manifestações para 26 de março.

Na terça (14), o presidente promoveu no Palácio do Planalto cerimônia para anúncio do calendário do saque de contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Em discurso, o próprio peemedebista reconheceu que o assunto "já foi preapresentado no final do ano passado".

No mesmo dia, ele participou de reunião de grupos de trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão. Os encontros temáticos realizados fora do Palácio do Planalto não costumam ter a presença do presidente, mas apenas de auxiliares presidenciais.

Nesta quarta-feira (15), o governo federal organizou uma cerimônia de anúncio da liberação de milho dos estoques governamentais, um tipo de evento que costuma ser promovido no Ministério da Agricultura, não no Palácio do Planalto.

E, na quinta-feira (16), foi marcada uma cerimônia para sanção de medida provisória que reforma o ensino médio, iniciativa sobre a qual o próprio presidente já comemorou a aprovação no Congresso Nacional em discursos públicos.

O ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), manteve a nomeação de Moreira Franco como ministro da Secretaria Geral da Presidência da República na quarta-feira (15).

Com a decisão, Moreira Franco garante, pelo menos temporariamente, o foro privilegiado junto à Suprema Corte.

Ele foi citado em delação da Odebrecht na Operação Lava Jato. A delação foi homologada no dia 30 de janeiro e Moreira passou a ter foro como ministro no dia 2 fevereiro de 2017.

O governo federal já esperava a decisão, mas receia que ela seja revertida no julgamento em plenário, ainda sem prazo para ocorrer.

Para um assessor presidencial, a presença de Alexandre de Moraes na Suprema Corte, caso seja aprovado pelo Senado Federal, poderá ser importante na conquista de uma maioria que mantenha Moreira Franco no cargo.

No cronograma de Temer, há um anúncio a ser feito: o do novo ministro da Justiça. Em sua conta no Twitter, o presidente afirmou que continuará a conversar nos próximos dias e que o escolha do titular da pasta será "pessoal, sem conotações partidárias".

Temer publicou, ainda, que o encontro na terça (15) com Carlos Velloso, cotado para a vaga: "Conversamos privadamente por mais de 1h. Meu amigo há mais de 35 anos. Marcamos esse encontro diretamente". **(Folhapress)**

➤ DEPUTADOS

Câmara aprova nova fase da repatriação e retira permissão a parentes de políticos

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem (15) o destaque do PCdoB e excluiu do projeto de lei que reabre o prazo de regularização de ativos (PL 6568/16) a possibilidade de parentes de políticos aderirem ao programa.

A lei atual de repatriação já excluiu agentes públicos e seus parentes, mas o relator na Câmara, deputado Alexandre Baldy (PTN-GO), havia decidido permitir a adesão de parentes. Segundo ele, esse ponto está sendo questionado na Justiça. "É importante entender se é constitucional ou inconstitucional a distinção de pessoas com funções públicas trazida pela lei", afirmou.

Vários deputados, no entanto, viram na medida a probabilidade de legalização de dinheiro eventualmente colocado no nome de parentes por políticos investigados. "Nesse país, há vários agentes públicos presos e que, evidentemente, têm recursos colocados no exterior de maneira ilícita. Não se pode abrir essa brecha, sob risco de a população entender que a Casa legislou para beneficiar parentes e, de maneira indireta, corruptos", afirmou o deputado Daniel Coelho (PSDB-PE).

O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) lembrou que a filha e a esposa do deputado cassado Eduardo Cunha, que está preso pela Operação Lava Jato, já foram à Justiça pedir a repatriação de bens no exterior, mas foram impedidas.

Para o deputado Esperidião Amin (PP-SC), este ponto é um "enxerto" que poderia levar a população a criticar as atitudes dos políticos. "Esse dispositivo, que já tinha sido rejeitado, é um veneno desnecessário. Não vai fazer bem à Casa."

Quem defendeu a medida foi o deputado Alberto Fraga (DEM-DF). "Estamos dizendo que parente do traficante pode repatriar, mas parente do político não pode. Parente de político é mais bandido que o próprio traficante? É um absurdo." **(Agência Câmara Notícias)**

➤ NOVA FONTE

Padilha defende fonte de financiamento

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse ontem (15) à comissão especial da Câmara que analisa a reforma da Previdência que, mesmo se as mudanças propostas forem aprovadas, o setor vai precisar de uma nova fonte de financiamento a partir de 2026.

Segundo Padilha, novos recursos serão necessários para não "estrangular" investimentos na área social.

O ministro participou nesta quarta-feira da primeira audiência pública da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, da reforma da Previdência. Por cerca de meia hora, Padilha fez uma apresentação da proposta aos deputados e mostrou dados sobre o déficit da previdência, ajuste fiscal e a necessidade da reforma no setor.

Após a apresentação do ministro da Casa Civil, o secretário nacional da Previdência, Marcelo Caetano, fez um pronunciamento e passou a responder perguntas dos deputados que integram a comissão.